

ENTRE LOUVAR E CENSURAR: FACES DA RETÓRICA DELIBERATIVA E EPIDÍCTICA NA AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA EM ENSAIOS POLÍTICOS DE INTELLECTUAIS BRASILEIROS DE ESQUERDA¹

Claudio Humberto Lessa²

RESUMO:

Neste artigo, apresento a análise de alguns excertos de ensaios de intelectuais que refletem sobre o conceito de esquerda e, ao mesmo tempo, realizam uma análise conjuntural do governo Lula. De acordo com Charaudeau (2006), as significações e as identidades projetadas no discurso político resultam de um processo constante de construção e reconstrução de saberes de conhecimento e de crença. Busco mostrar que cada intelectual define o conceito de esquerda a partir de diferentes representações, constituídas em diferentes contextos históricos e a partir de diversos saberes de conhecimento desenvolvidos no âmbito da cultura e da crítica marxistas. Pretendo mostrar como os ensaios apresentam traços das retóricas deliberativa e epidíctica na avaliação do governo Lula, uma vez que argumentam em prol de um ideal social de esquerda e refletem sobre as ações políticas que poderiam conduzir a este ideal; ao mesmo tempo, elogiam ou criticam negativamente Lula e o PT.

PALAVRAS-CHAVE: identidade política; ensaios; polêmica; *ethos*.

RÉSUMÉ:

Dans cette étude, j'analyse quelques extraits des essais produits par certains intellectuels brésiliens qui essaient de faire une analyse sur le gouvernement du Président Lula, tout en réfléchissant sur ce qu'est la gauche dans le domaine de la politique. Selon Charaudeau (2006), les significations et les identités qui sont

¹ O presente artigo foi escrito com base em minha tese intitulada: marcação e destituição da identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens, defendida em junho de 2009. A referida tese foi orientada pela profa. Dra. Ida Lucia Machado (UFMG) e co-orientada pelo prof. Dr. William Augusto Menezes (UFOP).

² Pós-doutorando do programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da FALE/UFMG.

projetées dans le discours politique résultent d'un processus de construction et de reconstruction des savoirs de connaissance et de croyance. D'un côté, j'essaie de montrer que chacun des ces intellectuels définit ses idées sur la gauche en se basant sur de différents savoirs de connaissance qui sont développés dans le domaine de la culture et de la critique marxiste, dans de différents contextes sociohistoriques ; de l'autre côté, mon analyse m'a conduit à repérer, dans les essais, des traces des discours épideictique et délibératif : les auteurs objet de mon étude défendent tous un « idéal de gauche » ; ce faisant ils se posent des questions sur les actions qui pourraient mener la société à l'atteindre. En composant leurs essais, ils passent du louange à la critique adressés à Lula et au Parti des Travailleurs (PT).

MOTS-CLÉS: identité politique, essais, polémique, ethos.

INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se ao meu trabalho de tese, concluído em 2009, no qual desenvolvi a hipótese central de que, durante o primeiro mandato do governo Lula (2002-2006), em textos de avaliação conjuntural ou em ensaios de filosofia política, encontram-se diferentes posicionamentos quanto i) à definição de esquerda, ii) à identidade política de Lula, do PT e de seu governo e iii) quanto à avaliação das ações éticas desses agentes políticos. Para definir o termo esquerda e para avaliar, cada intelectual mobiliza diferentes saberes de conhecimento e de crença associados a esse ideal, constituídos ao longo da história. Esses posicionamentos sinalizam os engajamentos teóricos, filosóficos e políticos dos intelectuais, resultam em argumentações a favor de um ideal social e em projeções distintas de identidade político-discursiva.

Neste texto, pretendo mostrar como os ensaios de conjuntura apresentam traços que podem ser associados aos gêneros deliberativo e epidíctico (demonstrativo). Refletirei sobre: i) o papel social e o estatuto enunciativo do intelectual; ii) a natureza do ensaio político; iii) alguns recursos lingüísticos, discursivos e retóricos usados para marcar as identidades político-discursivas e projetar imagens de si e do outro, por meio da atribuição de traços éticos a atores sociais: a modalização, a amplificação e a argumentação *ad hominem*.

MARCAS DA RETÓRICA DELIBERATIVA E O ESTATUTO ENUNCIATIVO DO INTELECTUAL

No contexto de minha pesquisa, qualifico os ensaios de *teórico-analíticos e políticos*. Os seus enunciadores apresentam teorias, idéias e ações políticas capazes de conduzir à emancipação ou a uma maior igualdade social. Como na retórica deliberativa, definida por Aristóteles, busca-se refletir e aconselhar sobre os melhores meios e fins para a ação política; argumenta-se para justificar/legitimar um ideal e seus valores. Esses textos parecem ecoar a premissa de Aristóteles sobre os fins da política:

Trata-se (...) de dizer sobre o assunto do próprio governo, quais são aqueles que devem compor a cidade, e que qualidades devem possuir para que ela seja feliz e bem administrada. Duas condições são necessárias para alcançar o bem geral, primeiramente que haja um ideal e que o fim que se propõe seja louvável; depois que se encontrem quais são os atos que podem conduzir a esse fim. (ARISTÓTELES, 2005, p. 134).

Essa proposição de ideais, segundo Gerard Leclerc (2005) e também Sartre (1994), caracteriza o estatuto do verdadeiro intelectual: ele não se contenta em ser somente um especialista de uma disciplina, mas usa seus conhecimentos teóricos a serviço de uma causa, assumindo uma vocação política. Seus discursos e atos manifestam tanto um engajamento teórico-analítico, quanto passional, e propõem alternativas societárias nos planos culturais, políticos e econômicos. Podem encarnar posicionamentos heterodoxos ou referendarem valores aceitos, colocando-se a serviço do *status quo*; podem tornar-se fanáticos e dogmáticos ou, ainda, desligarem-se e encenarem a figura do bufão ou do cético, produzindo uma crítica corrosiva do sistema. Mas, via de regra, Leclerc mostra que o intelectual vive em uma constante tensão com os poderes: sua escrita expressa um ativismo crítico, marcado pela ruptura e pela polêmica com outras idéias.

Os ensaios analisados em minha tese³ apresentam índices dessa escrita polêmica, pois sinalizam um lugar enunciativo fronteiro entre as ciências sociais (suas elaborações teóricas) e o posicionamento/engajamento político. Neste trabalho, focalizarei o texto de Juarez Guimarães (2004), intitulado *A esperança equilibrista – o governo Lula em tempos de transição*, e de Ivo Tonet (2005): *Esquerda perplexa* e, também, Tonet (2004). Ambos projetam uma imagem de si (um *ethos*) anti-capitalista, reivindicando-se de esquerda. Porém, cada um estabelece relações diferentes com o legado de sentidos e de representações que esse ideal adquiriu ao longo da história. Assim, cada um deles define de maneira distinta os termos “esquerda” e “socialismo”; divergem quanto às estratégias para se alcançar a emancipação, quanto ao papel do Estado e das instituições democráticas nesse processo. Vejamos alguns excertos:

(1) Como na canção de Aldir Blanc e João Bosco, a esperança para aqueles que querem construir um mundo novo – é equilibrista. Não se nutre, como a fé, no que está além da razão. Nem pode firmar-se apenas na vontade sem razões, porque, então, será ilusão. Por isso mesmo habita o contraditório, o terreno das incertezas (...) Escrito no coração de um sentimento coletivo de esperança, este livro não faz apologia ao governo Lula nem se nutre de diagnósticos fechados sobre seu destino. (...) O campo analítico-normativo que unifica os ensaios é a eleição de Lula à presidência da República expressa a crise do paradigma neoliberal de organização do Estado brasileiro e abre um tempo histórico de transição, necessariamente pleno de tensões, de sua potencial superação em direção a um paradigma republicano de Estado. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 19-20).

O trecho acima encontra-se na *Apresentação* do livro. A referência a *sentimento coletivo de esperança* e a um *campo analítico-normativo* indicam os traços da fala ensaística política e do intelectual: ela resulta da confluência entre os pólos analítico, lógico-dedutivo e passional. O enunciador expressa o caráter propositivo, visionário e engajado da vocação intelectual, seu desejo por um *mundo novo*.

Sua identidade político-discursiva sinaliza identificação e articulação a um conjunto de saberes e crenças associados à tradição republicana de interpretação

³ Refiro-me aos trabalhos de Carlos Nelson Coutinho (1992), Juarez Guimaraes (2004), Ivo Tonet (2004; 2005) e Edmundo Fernandes Dias (2006).

do Brasil, como indica o sintagma nominal *paradigma republicano de Estado* (um arqui-traço semântico desse discurso), cujas fontes são: o comunitarismo cristão, a atuação das CEB (Comunidades Eclesiais de Base) da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) nos campos político e econômico, o socialismo democrático, a participação popular e as reflexões teóricas do nacional-desenvolvimentismo de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Raymundo Faoro, Nelson Werneck Sodré.

Guimarães defende a tese de que é preciso realizar uma refundação republicana do Estado Brasileiro, pois ele sempre se caracterizou por forte patrimonialismo, clientelismo e domínio das elites. Assim, seria necessário uma reforma dessa e de outras instituições políticas, a afirmação da soberania e a superação do subdesenvolvimento (proposição de Celso Furtado). Um Estado regulador da economia e anti-liberal poderia levar o Brasil rumo à emancipação:

(2) Uma dinâmica de construção do Estado de Bem-estar Social⁴ no Brasil funcionará como um poderoso vetor desenvolvimentista. Retirá as políticas sociais que estão há décadas encurraladas pela pressão dos ajustes fiscais e servirá de cenário para uma nova agenda histórica de expansão dos direitos e da cidadania. Consistirá, de fato, na grande resposta histórica no sentido de superação do quadro de desigualdade, violência e cultura de barbárie que assombra os avessos da sociedade brasileira. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 50).

O socialismo é definido como um processo de luta pela democratização das instituições públicas e econômicas, posicionamento semelhante ao de Boaventura Souza Santos (2006) e de Carlos Nelson Coutinho (1992). O processo de democratização, o princípio da solidariedade, o fortalecimento do público e dos movimentos sociais constituem, para esses enunciadores, os princípios diretores da ação e do perfil do ser esquerda. Observe-se o uso do futuro do presente, indicando um discurso que visa aconselhar e sugerir qual seria a justa ação política.

Outro intelectual, o filósofo Ivo Tonet (2004; 2005), refuta a idéia de reforma do Estado e da democracia. A sua identidade político-discursiva associa-se, assim, às

⁴ Esse dizer parece ecoar representações e valores elaborados, inicialmente, por Eduard Bernstein, que previa uma humanização ou uma reforma do capitalismo. Lembremos que suas idéias deram origem ao Estado de Bem-estar social na Alemanha e sustentaram e sustentam discursos e ações que se reivindicam de esquerda ou de centro-esquerda.

reflexões de György Lukács e de Karl Marx. Tonet argumenta que a Democracia, o Estado e a Cidadania são instituições originariamente burguesas. Nessa perspectiva, a emancipação política (baseada na compra e venda da força de trabalho), desde a Revolução Francesa, constitui somente um passo em direção à emancipação total. Qualquer que seja a forma do Estado sempre haverá cerceamento à liberdade, pois sua instituição sempre se ligou a uma classe dominante e prevê uma igualdade apenas formal, abstrata, não eliminando a desigualdade de raiz, verificada na efetividade:

(3) A primeira discordância em relação às formulações anteriores é quanto à natureza do Estado e da sociedade civil e suas relações. Para Marx, como já vimos, a sociedade civil é o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, na produção material, numa determinada fase da história. E ela constitui a dimensão social fundante. (...) A partir dela (...) surgem as outras esferas da atividade humana, com funções específicas. Uma delas é a esfera da política e do Estado, no caso da sociabilidade capitalista, integrada também pela democracia e pela cidadania. A origem desta esfera e sua *natureza essencial* estão ligadas à existência das classes sociais e consistem na defesa dos interesses das classes dominantes; o que não significa que sejam um instrumento exclusivo das classes dominantes. Que esta defesa seja feita sob a forma de coerção e/ou do consenso tem, certamente, um grande peso na definição dos caminhos para a luta social, mas em nada altera a natureza essencial desta esfera. Daí o caráter essencialmente negativo que a política tem para Marx. (IVO TONET, 2004, p. 131-133).

Nessa argumentação, o socialismo é definido como sinônimo de emancipação humana, que deve se assentar no trabalho associado no qual as forças individuais seriam postas em comum e sob o controle comum. O capital e todas as suas categorias deveriam ser erradicados, sendo esta a condição para se constituir uma verdadeira comunidade humana:

(4) Ora a categoria fundamental na definição do socialismo é a liberdade. Não, porém a liberdade em geral, nem a liberdade expressa pela democracia e pela cidadania. Mas a *liberdade plena* (Tonet, 1993:88-9) Esta liberdade significa uma forma de sociabilidade na qual

é o homem, e não as forças estranhadas, quem dirige – de modo consciente e planejado – o seu processo de autoconstrução social. É claro que, por força de sua natureza, este patamar é necessariamente social e universal (coletivo/global). Liberdade plena é, pois, autodeterminação. Mas, para que esta autodeterminação possa existir, ela tem como condições necessárias um alto grau de desenvolvimento tecnológico (capaz de produzir riqueza para satisfazer as necessidades de todos), a diminuição de tempo de trabalho necessário (que deixe um grande tempo livre à disposição da realização omnilateral dos indivíduos), a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado (como ato ontológico primário) e a substituição do valor de troca pelo valor de uso. (IVO TONET, 2004, p. 136-137).

Os dois posicionamentos quanto à natureza e o papel do Estado (o de Tonet e o de Guimarães) levam-nos a refletir sobre a natureza da retórica e da argumentação: são atividades que permitem aos homens construir explicações e discursos sobre o que pode ser diferente; permitem a emergência de opiniões e pontos de vista múltiplos. Por isso, Meyer (1993) considera essas atividades resultantes de problemas que dividem os homens, ou seja, emergem de uma problematidade e da prática intersubjetiva.

2 - A RETÓRICA COMO PROBLEMATIDADE E COMO PRÁTICA INTERSUBJETIVA. DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE O LOGOS, O ETHOS E O PATHOS

Meyer (1993) indaga se haveria uma unidade definicional para a Retórica. O autor lembra várias definições para o termo, ora excludentes, ora concorrentes: ou ela é reduzida à argumentação (raciocínio visando à persuasão), ou vista como puro ornamento (uso de figuras), visando ao estilo, à eloquência; ou, ainda, como um estudo de técnicas ou arte de bem dizer, o que implica também a moralidade do orador. O autor cita a definição de Perelman (2002) para quem a argumentação objetiva provocar ou aumentar a adesão de um auditório às teses que lhe são apresentadas.

Contudo, Meyer ressalta que, se se pensa em auditório, é preciso se pensar em emoção e no jogo que se estabelece entre os sujeitos na resolução dos conflitos e dos problemas que surgem em seu cotidiano. Desta forma, a subjetividade e a problematicidade são inerentes e específicos à atividade retórica; esses elementos lhe fornecem uma unidade definicional.

O que apresenta dúvida ou interrogação leva ao debate e a uma pluralidade de sentidos e de respostas contraditórias; não se alcança uma solução única, expressando uma verdade exclusiva, não contraditória (A e não-A), como na lógica. Baseando-se na problematicidade e na intersubjetividade, o autor define a Retórica como um encontro, no qual os homens expõem, pela linguagem, suas diferenças e suas identidades; e, nesse movimento, “eles afirmam-se aí para se encontrarem, para se repelirem, para encontrarem um momento de comunhão ou, pelo contrário, para evocarem essa impossibilidade e verificarem o muro que os separa.” (MEYER, 1993, p. 26). Essas duas características constituem, para Meyer, o próprio fundamento do discurso e da razão.

As análises dos excertos nos mostram que questões tais como “o que é socialismo ou esquerda?”, “qual é o papel do Estado?”, apresentaram problemas aos intelectuais. Surgiram, então, argumentações/respostas distintas. Nesse debate, confrontamo-nos com uma pluralidade de representações e valores que apontam perfis diferentes para o ideal de esquerda, pelos quais os intelectuais buscam convencer/persuadir o leitor para aceitar um conjunto de idéias e ações estratégicas que levariam à emancipação social.

A relação intersubjetiva é, assim, uma constante no jogo retórico, é-lhe constitutiva, inescapável: há um orador (que visa agradar, seduzir, convencer por meio de belos discursos ou argumentos racionais, ou ambos; há o auditório, que realiza inferências sobre as intenções e o caráter de quem lhe dirige a palavra; há o *médium*, a mensagem, a língua/linguagem/discurso, os argumentos que implicam os sentidos, as intencionalidades. Como diz Meyer (1993, p. 26), há “(...) uma estrutura muito precisa, respectivamente a relação entre si e outrem (*ethos* e *pathos*, segundo Aristóteles), via linguagem (*logos*), ou simplesmente um instrumento de comunicação.” Não se pode, dessa maneira, colocar o peso da retórica em somente um desses termos.

Além do auditório, cujos valores e crenças o orador deve conhecer para alcançar a persuasão, há uma alteridade referente aos discursos e às visões de mundo constitutivas da subjetividade do orador. Elas expressam-se (consciente ou inconscientemente) em sua argumentação e nos permitem observar traços de sua identidade político-discursiva, materializada pelos recursos lingüísticos, discursivos e retóricos. Ao estabelecer polêmica com outro, além de marcar uma distância relativa ao seu discurso, avalia-se também traços de seu caráter, atribui-se a esse outro (adversário ou amigo/simpatizante) um conjunto de traços éticos, projeta-se imagens de si (*ethos*) e do outro (auto e hetero-imagens). Vejamos como se dá esse jogo na seção seguinte.

3 - AS AVALIAÇÕES CONCORRENTES DO GOVERNO LULA: ENTRE LOUVAR E CENSURAR – MARCAS DA RETÓRICA EPIDÍCTICA

3.1 A natureza do gênero *epidíctico*, a amplificação e a construção do *ethos*, *ethos* prévio e *história discursiva*

Para Aristóteles, a imagem de si (o *ethos*) resultava da *performance* discursiva do orador, na e pela linguagem, e não de sua reputação, de sua imagem prévia na comunidade. O *ethos* teria um peso muito grande na argumentação: mostrar-se sincero, fidedigno, credível e solidário pode contribuir para dispor o auditório favoravelmente às teses que lhe são apresentadas, sobretudo, nas deliberações e nos julgamentos, afirma o filósofo. Já Quintiliano, segundo Eggs (1999), considerava que a fama, a reputação, o argumento dado pela vida do orador teria mais peso do que aquele fornecido pelo discurso. Cícero associava a figura do bom orador àquele que unisse caráter moral à eficácia na gestão do verbo.

Melina Rodolpho (2010), ao refletir sobre a *écfrase* (o processo de descrição na retórica latina), lembra que o gênero epidíctico (demonstrativo) permitia ao orador construir um *ethos* por meio do elogio das virtudes ou da censura dos vícios de um indivíduo, grupo ou nação ou, ainda, das obras de um indivíduo (o *encômio*), por meio da descrição de seus aspectos físicos ou morais. Rodolpho defende que a

écfrase é um dos métodos de *amplificação*, um recurso utilizado no gênero demonstrativo que permite ao orador fazer com que o elogiado pareça melhor do que aqueles que são virtuosos.

Essa autora comenta o significado do termo na obra dos clássicos. Aristóteles dizia que a amplificação (*aúxesis*) permite tornar mais belas ou feias as ações do ser, pois consiste em atribuir superioridade às coisas, revestindo-as de grandeza e beleza. Para Cícero, comenta Rodolpho (2010), esse procedimento visava enaltecer o conteúdo de um discurso, torná-lo visível. Quintiliano, por sua vez, chamava atenção para o uso de palavras de significado mais forte que permitiam amplificar a descrição dos objetos. No tratado *De Sublime*, refere-se a uma linguagem que confere grandiosidade a um tema, consistindo em uma acumulação de partes e tópicos ligados a um tema, que pela insistência demorada, reforça a argumentação.

Via de regra, os autores clássicos mostram que a amplificação contribui para reforçar a credibilidade do discurso e, também, para despertar os ânimos do auditório. Os seguintes assuntos são associados ao demonstrativo e à capacidade de emocionar: o divino, a caridade, a pátria, o amor, a honestidade, a virtude (faculdade de realizar muitas e importantes bem-feitorias), a mudança de fortuna, etc.

Rodolpho (2010) elenca os procedimentos retóricos e lingüísticos que podem estar a serviço da amplificação, apresentados por Cícero e Quintiliano: o uso de palavras graves, sonoras, hiperbólicas, metafóricas; repetição, reiteração e duplicação de palavras; palavras que estabelecem gradação do mais humilde ao mais superior; acumulação de conseqüências; aglomeração de definições; enumeração das causas e suas conseqüências; apelo às semelhanças e aos exemplos; o uso do superlativo; a associação de alguém comum com pessoas de renome; a acumulação de detalhes referindo a um único referente, a hipérbole, entre outros.

Como se observa, a reflexão clássica sobre o *ethos* permite-nos associá-lo tanto àquilo que o orador faz, no e pelo discurso, para projetar uma imagem favorável de si, quanto à imagem que é atribuída a um outro, como acontece quando se trata de louvar/censurar (matéria do gênero demonstrativo). É preciso

ressaltar, contudo, que no gênero deliberativo, imagens podem ser construídas, também, por meio da enumeração dos bens ou dos males atribuídos a um político, por exemplo, no judiciário, os advogados buscam despertar a ira ou a misericórdia dos jurados por meio da projeção de imagens favoráveis ou desfavoráveis dos réus.

Nos ensaios analisados, os intelectuais avaliam não somente os discursos do outro (Lula, seu governo, o PT, a CUT), mas, também, o seu caráter e a validade/pertinência/coerência de suas ações, capazes ou não de conduzir a *pólis*, a sociedade, rumo à emancipação. Ao polemizar com o outro, ao citar seu discurso para refutá-lo, um enunciador marca sua distância relativamente a essa alteridade e lhe atribui um conjunto de traços éticos negativos. A refutação, como lembra Angenot (1982), deve ser entendida de maneira mais ampla: desqualifica-se o adversário, não somente reprovando-lhe o que diz, mas colocando-se em causa as condições de sua enunciação e o seu estatuto.

Nos ensaios de conjuntura, os intelectuais referem-se às histórias discursivas de Lula e do PT a fim de elogiá-las, referendá-las, confirmar sua identidade ou, ao contrário, a fim de desconstruí-las, criticá-las, mostrar as incoerências entre os atos e os discursos desses agentes. O conceito de *história discursiva* é de Amossy (2007), refere-se aos discursos precedentes do orador, ou que se constituíram em torno dele, produzidos pela comunidade ou pela mídia. É possível, então, considerar um *ethos prévio*, anterior ao momento da fala do orador, como defendiam Cícero e Quintiliano.

Perelman (1997) reflete sobre os argumentos baseados nas relações que se podem estabelecer entre atos e pessoas: o argumento de autoridade (quando se apóia o valor de verdade de uma proposição na autoridade de um especialista, por exemplo) e o argumento *ad hominem* (quando se busca invalidar um argumento desacreditando a pessoa que o sustenta). Eles baseiam-se em uma imagem fixa atribuída à pessoa e que se espera que ela mantenha ao longo de sua vida pública. A pessoa é considerada responsável por seus atos presentes e passados e costuma-se não se admitir incoerências ou mudanças injustificadas. Perelman salienta que tal reputação torna-se uma espécie de capital incorporado à pessoa, pois cria para ela um pré-conceito (favorável ou não), a partir do qual todas as suas ações/intenções

são interpretadas. Vejamos, na seqüência, alguns recursos discursivos a serviço desse processo de construção de imagens.

3.2 - Recursos lingüísticos e discursivos a serviço da retórica epidíctica

As reflexões do item anterior mostram-nos que, quando vamos interagir, criamos expectativas sobre nossos interlocutores a partir de inferências sobre suas imagens prévias, sobre suas histórias discursivas. Para elogiar ou criticar uma pessoa, confirmar ou infirmar seus discursos, atribuir-lhe traços identitários e éticos (positivos ou negativos), os enunciadores podem se valer de vários recursos lingüísticos e retóricos, dos quais menciono os seguintes:

- 1) Perelman (1997) apresenta a designação da pessoa por certos traços: a qualificação (uso de adjetivos) e a atribuição de sentimentos;
- 2) em minha pesquisa, mostro como as modalidades do discurso relatado (direto ou indireto) podem resultar na construção de argumento *ad hominem*; ou seja, relata-se a fala passada de um político para mostrar uma incoerência entre seu discurso e seus atos presentes; busca-se, por esse procedimento, desqualificar o adversário. Trata-se, enfim, de uma recontextualização retórica do discurso do outro;
- 3) o uso de termos modalizadores, cujos sentidos indicam avaliação positiva ou negativa dos seres/objetos/eventos nomeados ou qualificados. Em minha pesquisa, observo uma recorrência de estruturas sintáticas (SV + SN; ou SN) cujos termos incluem em seu semantismo traços de um determinado perfil atribuído a Lula ou ao seu governo.

Além desses recursos, há aqueles propostos por Rodolpho (2010) (listados na seção 3.1) que, na retórica epidíctica, podem estar a serviço da construção do *ethos*. Nos ensaios em tela, destaco a presença da enumeração das benfeitorias e

das conseqüências das ações políticas do governo Lula. Vejamos o emprego desses recursos.

3.2.1 - A atribuição de virtudes e limites ao PT, ao seu governo e à figura de Lula por Juarez Guimarães

Guimarães (2004) defende que Lula e seu governo possuem um potencial transformador, seriam capazes de instituir um verdadeiro estado republicano no Brasil. Para esse intelectual, as primeiras escolhas e medidas do governo petista inserem-se em um período de mudanças de paradigmas na concepção de Estado, na medida em que este estaria passando de uma etapa patrimonialista, clientelista, para uma fase republicana, de afirmação do público (nossos os grifos):

(5) Assim, a melhor crítica da crítica ao governo Lula é exatamente o exercício mais pleno de suas potencialidades transformadoras. O que equivale, em primeiro lugar, a clarificar o sentido transitório ou de transição das suas primeiras opções, em particular na política econômica, a ir abrindo caminho para o crescimento com distribuição de renda, repondo agendas de sentido social e transformador, isolando e diminuindo os pontos de resistência à superação do neoliberalismo. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 99).

Apesar de possuir esse potencial, segundo o enunciador, o governo estaria sofrendo, na época, pressões de várias ordens; via-se limitado pela tradição negativa da instituição estatal brasileira e pela herança do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (nossos os grifos):

(6) Até por se ver às voltas com uma transição difícil, sentindo ao máximo sobre sua identidade as pressões do Estado e da força inercial do neoliberalismo, o PT no governo tem extremado a sua capacidade de realizar mediações, pactuar, ampliar seu diálogo civilizatório com as forças conservadoras brasileiras. Daí a importância decisiva de a CUT exercer plenamente nesta conjuntura de incertezas e esperanças a sua vocação republicana. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 150).

Além dos *ethé*⁵ de governo com potencial republicano, transformador, Guimarães acrescenta o traço de inovador à imagem do governo petista:

(7) Valores da ordem estatal, cristalizados até em instituições, leis e procedimentos, estão em questão; novas idéias, novos compromissos de Estado que revisitam opressões seculares – como a reforma agrária e políticas públicas de ação afirmativa dos direitos dos negros conquistam a legitimidade democrática de seu exercício (..) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 55 – 58).

Observe-se os predicados e modalizadores a serviço do louvor das primeiras medidas governamentais e da construção de um *ethos* positivo: um governo que *tem extremado* no exercício de suas potencialidades; a CUT pode exercer sua vocação republicana *plenamente*, possui uma *importância decisiva* na conjuntura. O enunciador projeta uma imagem de um governo que luta contra *opressões seculares*, contra as forças conservadoras e contra o neoliberalismo. As estruturas sintáticas (SV + SN; ou SN) cujo semantismo sinaliza o perfil de uma política inovadora, reativadora, reguladora, adensam-se quando o enunciador defende a tese de que o governo Lula tem proposto o que ele chama de uma *revisão dos fundamentos ético-políticos do Estado brasileiro*.

(8) No que diz respeito ao reposicionamento do Estado, podemos anotar as seguintes mudanças promovidas pelo governo Lula:

- retomada de funções estratégicas de planejamento pelo Ministério das Minas e Energia e regulação estratégica do setor elétrico, em que o neoliberalismo provocou seus maiores danos; superação do viés privatizante do BNDES e reorganização do principal banco de fomento do país para uma agenda desenvolvimentista, nacional e social;
- reorganização, por intermédio do Ministério das Cidades, da Conferência Nacional, realização de novos planos de financiamento do setor público para habitação popular e saneamento de áreas praticamente abandonadas em 1990; (...)

Todas essas mudanças, que são estruturais, articulam-se com a nova postura do governo Lula de afirmação da soberania nacional (...) São mudanças cuja dinâmica permitirá ao Estado brasileiro alargar sua autonomia e dar um sentido socialmente mais democrático às suas

⁵ Plural de *ethos*.

bases de contratação. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 73-75).

Nesse excerto, o enunciador utiliza o recurso de enumeração das benfeitorias e das conseqüências das ações políticas do governo, conferindo-lhes importância, recursos típicos da amplificação. Além do *ethos* do governo inovador, no excerto (8), parecem emergir outros *ethé*: o do governo reativador das instituições estatais, incentivador da soberania, anti-privatista, valorizador das funções públicas, realizador de um novo pacto social. Ao enumerar essas ações, o enunciador parece querer mostrar um contraste entre o governo petista e o de Fernando Henrique Cardoso, como sinaliza o marco temporal (1990), década do primeiro mandato de Cardoso. Busca-se, assim, salientar valores que, no imaginário político e na conjuntura do governo Lula, passaram a ser fomentados: a superioridade do nacional, do soberano sobre o interesse estrangeiro; do público, do controle estatal sobre o privado; do desenvolvimento, da produção sobre a especulação de capitais. São valores passíveis de despertar a admiração e a aprovação do governo elogiado.

O elogio à figura de Lula assume lugar preponderante nessa argumentação. O enunciador busca reforçar a imagem positiva do presidente circulante no imaginário. Assim, mobiliza traços éticos, sociais e culturais pertencentes ao capital simbólico associado à *historia discursiva* de Lula. Há uma estratégia de reforço da identidade politico-discursiva de esquerda de Lula, do PT e da CUT, que, na época, fora contestada:

(9) A vitória de Lula ilumina o sentido da história do PT. Em um certo sentido, até a derrota eleitoral de 1989 recebe uma nova significação. (...) Vieram à tona os 56 anos da vida de Lula, seu caminho desde sempre dramático e criativo, as greves do ABC, a experiência do cárcere e da morte da mãe, a campanha das Diretas, (...) Mas se fôssemos fazer a biografia social de Lula, da formação de sua personalidade de esquerda, o recuo histórico deveria ser ainda maior, no sentido de visitar as raízes da tradição socialista e popular no Brasil. Nelson Biondi, dirigente da equipe de marketing de José Serra, avaliou ao final: 'Lutamos contra um mito'. Sim, mas não certamente no sentido da ilusão ou da falsa imagem. (...) (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 24).

(10) A própria vida de Lula, sua origem humilde, seu caminho sacrificial, sua espontânea compaixão para com os humildes, encontra eco nos símbolos e na melhor teologia desta tradição. Pelo que se sabe, o sentimento cristão compõe a própria personalidade de Lula, a partir da vida exemplar de sua mãe. Para um país no qual a brutalidade e o cinismo se banalizaram, é inestimável o sopro de fraternidade que vem desta tradição para se pensar as transformações possíveis do país. As suas vozes milenares, mais antigas que o próprio sentimento do Brasil, estão na raiz de nossa civilização. (JUAREZ GUIMARÃES, 2004, p. 29).

Em ambos os excertos, o enunciador salienta a importância da vitória de Lula e de seu partido nas circunstâncias históricas brasileiras: é o primeiro homem do povo a alcançar o posto político máximo da nação. Projeta-se uma imagem do presidente mobilizando-se os *ethé* do político autêntico representante do povo oprimido, das classes trabalhadoras, ligado aos movimentos sociais, vindo de família humilde, bom cristão, conhecedor dos sofrimentos do povo. A fixação dessa imagem se faz através das qualificações e atribuição de sentimentos à personalidade Lula. Enfim, o enunciador mobiliza traços éticos altamente aceitos e passíveis de despertar a admiração/simpatia/emoção no leitor. Estratégias opostas encontram-se na argumentação do contra-discurso, que desaprova as medidas do governo Lula.

3.2.2 A censura ao governo Lula e as estratégias de esvaziamento identitário

Além dessa crítica ao governo Lula à luz da tradição republicana e nacional-desenvolvimentista, encontram-se vozes contrárias ao governo Lula, ao comportamento ético de seus agentes: elas acusam esse governo e seu partido de traição, de estelionato eleitoral; outros afirmam que a mudança de rumos ideológicos e o pragmatismo nas ações desse partido resultam do processo histórico de sua trajetória partidária. Segundo Petit (2006), a principal tese defendida pelos contrários ao governo Lula resume-se na premissa de que ele

implementou uma política neoliberal e manteve as políticas de FHC, sobretudo na economia. Além disso, defende-se que o PT tornou-se um partido da ordem.

Ivo Tonet (2005) defende essa tese: em sua avaliação de conjuntura, o filósofo, em alguns momentos, busca mostrar a incoerência entre os discursos passados e os atos presentes de Lula (nossos os grifos):

(11) A eleição de Lula para a presidência da República, com tudo o que ela implicava – chegada ao poder do PT, um partido de esquerda, representante declarado da classe trabalhadora; acesso ao mais alto posto de poder de um operário, e ainda mais, de um líder sindical combativo e que se dizia socialista – provocou uma verdadeira onda de esperança não só em milhões de pessoas, mas também em muitos intelectuais que se proclamavam de esquerda. (...) O impacto foi tão grande que mesmo as alianças problemáticas, as concessões programáticas aos interesses do capital já evidenciadas mesmo antes das eleições e aprofundadas nos primeiros meses de governo, foram aceitas a título de elementos necessários para enfrentar uma situação considerada muitíssimo delicada e desfavorável ao Brasil. (IVO TONET, 2005).

Diferentemente de Guimarães, Tonet projeta uma imagem de Lula como um político incoerente: primeiramente evoca imagens modelares ligadas à *história discursiva* do presidente, circulantes no imaginário: sua combatividade de líder sindical e sua trajetória de operário. Faz, também, referência a um discurso anterior imputado a Lula: um líder que *se dizia socialista*. Em seguida, mostra a contradição entre essas imagens, sua proclamada identidade de socialista e o fato de ter implementado uma política que faz *concessões programáticas aos interesses do capital*.

Na progressão de sua argumentação, Tonet (2005) utiliza uma recorrência de estruturas sintáticas (SV + SN; ou SN) cujo semantismo atribui um perfil neoliberal a Lula e a agentes de seu governo, reforçando a imagem de uma mudança de hábitos políticos. Chamo esse procedimento retórico de estratégia de esvaziamento identitário (nossos os grifos):

(12) O fato é que não só nos primeiros meses, mas mesmo antes das eleições, a direção do PT vinha deixando claro o caminho que

pretendia seguir. Após as eleições, este caminho se viu cada vez mais consolidado, com o estabelecimento de um núcleo de poder – Presidência, Casa Civil, Fazenda, Banco central, Agricultura e Indústria e Comércio – não apenas submetido a pressões, mas inteiramente afinado e articulado com os interesses do capital internacional. (...) Outro exemplo muito significativo dessa postura “politicista” é a “Carta aos Brasileiros” escrita e publicada em 21 de junho do corrente e subscrita por inúmeras entidades. (...) segue-se uma lista de “proposições” que implicaria a realização plena da revolução burguesa no Brasil. Algo obviamente impossível. Mas, o mais importante é o tom de solicitação, quase de súplica ao governo. E, além do mais, a um governo que tem demonstrado com toda clareza, pela sua política econômica – espinha dorsal de qualquer orientação – que está postado firmemente do lado dos interesses do capital. (...) (IVO TONET, 2005). (Grifos nossos)

Esse enunciador refuta as ações políticas do atual governo, projeta uma imagem de Lula e de agentes de seu governo constituída pelos *ethé* do político incoerente, que estabelece alianças contrárias aos interesses do povo, submetido, articulado e afinado aos interesses neoliberais. Chamo atenção para o alto índice de expressões modalizadoras que reforçam a negatividade desses traços de caráter e das ações políticas na avaliação do enunciador: *não só ... mas mesmo antes... vinha deixando claro ... caminho que se viu cada vez mais consolidado... não apenas submetido... mas inteiramente... proposições que implicariam a realização plena... o mais importante é o tom de solicitação, quase de súplica... além do mais... tem demonstrado com toda clareza... está postado firmemente...* Nessa argumentação, observa-se o uso da enumeração de atos políticos a fim de mostrar sua nocividade para o bem comum. Diferentemente do discurso de Guimarães, para Tonet, o atual governo não afirma o nacional, a soberania, mas seus contrários.

CONCLUSÃO

O que é ser esquerda? O que é socialismo? Qual é o papel do Estado no processo de emancipação social? Lula e o PT podem ser considerados de esquerda? O seu governo é virtuoso, digno de aprovação e louvor, ou não? Essas questões apresentaram-se com bastante veemência durante o primeiro mandato do

governo Lula, no seio dos espaços midiático e acadêmico. Como se observou, neste artigo e em meu trabalho de tese, esses questionamentos geraram diferentes respostas, argumentações e pontos de vista contraditórios. As análises confirmam, assim, que a retórica pode ser entendida, como a define Meyer (1993), ao mesmo tempo, como problematidade e como intersubjetividade, ou seja, como um encontro no qual os homens expõem, pela linguagem, suas diferenças e suas identidades.

Deparamo-nos com diferentes propostas e identidades de esquerda: a social-democrata (do Estado de bem-estar social), a revolucionária (crítica radical do capitalismo e de suas instituições). Essas diversas marcações de identidade político-discursiva resultam das identificações dos sujeitos a saberes de conhecimento e de crença constituídos ao longo da história da esquerda.

A escrita dos intelectuais confirma traços da fala ensaística como postulam Sílvio Lima (1946) e Angenot (1982), para citar apenas alguns. A origem da palavra ensaio vem do latim *exagium* e refere-se ao exame valorativo de moedas, à análise, lembra Lima (1946). Esse gênero, desde Montaigne, visa ao livre exame das idéias, ao debate, à polêmica, sem a necessidade de estabelecimento de uma verdade, uma certeza. Lima também salienta que a palavra polêmica vem de *pólemos* (combate), e discussão significa abalo, agitação, sacudida. O autor afirma que “Ambas as palavras refletem o dinamismo vital das idéias, duelo vibrátil” no qual a alma pode ser comparada a um “ginásio invisível onde o eu como o polemista, se ensaia, (...) se forja a si próprio na briga com as coisas e os outros homens.” (SÍLVIO LIMA, p. 66-67, 1946).

As análises demonstram que os intelectuais, ao refletirem sobre o conceito de esquerda e ao avaliarem o governo Lula, sinalizam um hibridismo enunciativo: ao mesmo tempo em que falam do lugar do acadêmico, daquele que detém um saber teórico que o autoriza a propor interpretações sobre a conjuntura, também enuncia da posição do militante, daquele que defende e luta por um ideal societário. Tece seu texto na confluência entre razão e emoção. Apresenta traços da retórica deliberativa e epidíctica: aconselha e argumenta em prol de um ideal social passível de conduzir a *pólis* à emancipação e, ao mesmo tempo, critica, louva ou censura atores políticos responsáveis pela gestão do bem público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. *Ethos prealable et ethos discursif: ethos et positionnement dans le champ*. Curso: L'argumentation dans le discours: l'éthos, Belo Horizonte, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 3f. Mimeografado.

ANGENOT, Marc. *La parole panphlétaire – contribution à la typologie des discours modernes*. Paris: Payot, 1982.

ARISTÓTELES. *A Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Famhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu; Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

EGGS, Ekkehard. *Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne*, In: Amossy, R.(org.) *Images de soi dans le discours*. Paris: Niestlé, 1999. p. 31-49.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2005.

LESSA, Cláudio H. *Marcação de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens*. 255 f. 2009. Tese de doutorado em Estudos Lingüísticos. Programa de pós-graduação – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LIMA, Sílvio. *Ensaio sobre a essência do ensaio*. São Paulo: Acadêmica, 1946.

MEYER, M. O que é a retórica. In: *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Lisboa, Portugal: edições 70, 1993. p. 17-51.

GUIMARÃES, Juarez. *A Esperança Equilibrista – O governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

PERELMAN, C. *L'empire rhétorique – Rhétorique et argumentation*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. *Tratado da Argumentação – A Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PETIT, Pere. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: Dias, R. Márcia; Perez, S.; M. José (org.) *Antes do vendaval – um diagnóstico do Governo Lula antes da crise política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 179-220.

RODOLPHO, Melina. . *Écfrase e Evidência nas Letras Latinas: Doutrina e Práxis*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo. 2010. 213 f.

SARTRE, J.P. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo: Atica, 1994.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice – O social e o político na pósmodernidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?*. Maceió: EDUFAL, 2004.

TONET, Ivo. Esquerda Perplexa. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 54, nov./2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54tonet.htm>. Acesso em 9 de junho de 2008.